



Panegírico de Trajano: Da Antiguidade ao Presente

Trajan's Panegyric: From Antiquity to the Present
Time

BONDIOLI, Nelson de Paiva¹

Resumo: No presente artigo propomos fazer uma breve apresentação do *Panegírico de Trajano*, discurso pronunciado por Plínio, o Jovem no ano 100 E.C., observando seu papel e função naquela sociedade. Em seguida observaremos sua trajetória no tempo, em determinados momentos em que podemos apontar como fundamentais para sua preservação aos dias atuais. Por fim, considerando os estudos mais recentes sobre o assunto, no debruçaremos sobre algumas das traduções que foram realizadas do texto do Latim para língua vernácula.

Palavras-chave: Panegírico de Trajano; Antiguidade; Estudos Clássicos; História e Historiografia

Abstract: This article proposes to make a brief presentation of Trajan's Panegyric, a speech pronounced by Pliny, the Younger in 100 C.E., bearing in mind the role and function it had in that society. Afterwards an observation of its trajectory in time is

¹ Doutor em História pela UNESP. Realiza Estágio Pós-Doutoral na UFES – Univ. Federal do Espírito Santo – Av. Fernando Ferrari, 514, CEP: 29075-910, Vitória – ES – Brasil. Coordenador de Projeto de Pesquisa “*Optimus Princeps*: Religião e Identidade no Panegírico e Coluna de Trajano” com financiamento FAPES/CAPES. E-mail: nelsonbondioli@live.com

Recebido em: 15/08/2017
Aprovado em: 27/11/2017

presented, considering determined moments considered arguably as fundamental for its preservation to the current time. Finally, it will be presented an assessment of current studies about the panegyric, while analyzing some of the translations that were made of the text from Latin to vernacular languages.

Keywords: Trajan's Panegyric, Antiquity, Classical Studies, History & Historiography.

O documento não é inócuo. Antes de mais nada é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, também pelo silêncio. (...) O documento é monumento. É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF - 1982)

A pesquisa histórica a respeito da Antiguidade passa, necessariamente, pela análise dos documentos disponíveis: dos textos à cultura material, encontramos diversas fontes que podem ser utilizadas pelo historiador.

Devemos, no entanto, indagarmos, por um lado, o que são essas fontes, assim como, por outro lado, investigarmos a sua disponibilidade ao historiador. Em outras palavras, o documento deve ser problematizado em duas vias: uma que diz respeito a crítica documental e, como expôs Le Goff no excerto que abre este artigo, outra em relação às suas condições de produção (e manutenção) histórica.

A necessidade dessa dupla indagação se dá pelo fato de entendermos que os documentos não são nunca “inocentes” e nem mesmo possuem uma existência objetiva, independente das relações de poder existente nas sociedades históricas que os criaram e os mantiveram. Como aponta Batstone (2009 p. 27), acreditar que os documentos que temos disponíveis não sejam o resultado de, de um lado, uma violência ideológica e, de outro, o próprio acaso, é acreditar que durante muitos anos “nada aconteceu” ou mesmo que, por exemplo, em determinadas épocas as mulheres não existiram.

Nesse sentido, compreendemos a síntese que Le Goff faz do documento: “É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1982, p. 114).

A partir dessas linhas gerais que orientam o trabalho do historiador, propomos fazer uma análise do *Panegírico de Trajano*, um documento produzido em Roma e que remonta ao ano 100 E.C., período do Principado. Visando melhor estruturar este estudo, iniciaremos nossa análise com uma reflexão sobre a especificidade das fontes antigas e de sua produção, considerando também a questão do método de análise. Em seguida, debruçar-nos-emos especificamente sobre esta fonte, realizando uma breve apresentação do *Panegírico de Trajano* e a relação com seu contexto histórico-social. Buscaremos ainda traçar, quando possível, alguns momentos significativos de sua manutenção histórica que permitiram sua chegada aos dias atuais e, por fim, trataremos de seu papel na atualidade considerando a questão de suas traduções do Latim para a língua vernácula, bem como o desenvolvimento da pesquisa com essa fonte no Brasil.

I – Particularidade e abordagens das Fontes Antigas

Como deve então proceder o historiador em sua pesquisa sobre a Antiguidade? De que formas deve trabalhar seus textos e artefatos na análise que se propõe desse passado? Para responder a essas perguntas devemos, em primeiro lugar, compreender as especificidades das fontes antigas.

Quando trabalhamos com fontes da Antiguidade, duas categorias extremamente amplas e distintas estão disponíveis: em primeiro lugar, e comumente usada pelos historiadores, encontramos textos. Escritos variados e que, de maneira geral, são o produto de uma elite que escreve para a elite (MARINCOLA 2009, pp. 13-14). A segunda categoria de fontes disponíveis é o que chamamos por cultura material: e adentramos em um terreno extenso que passa pela análise de construções/monumentos e sítios arqueológicos, artefatos como cerâmica, armamentos, roupas, alimentos, joias e etc. enfim, um número absolutamente vasto de objetos que podem auxiliar ao historiador. Embora não seja objetivo deste artigo analisar fontes materiais, é necessário fazer ao menos duas observações.

Em primeiro lugar, embora comumente relegadas ao domínio do arqueólogo, as fontes materiais também fazem parte da busca do historiador, algo que os próprios fundadores dos *Annales* já haviam expressado: “A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” (FEVBRE *apud* Le GOFF 1982, p. 107).

De fato, Marc Bloch expressa também pensamento semelhante em sua *Apologia da História*:

Que o historiador das religiões se contentaria em compilar tratados de teologia ou coletâneas de hinos? Ele sabe muito bem que as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário dos túmulos têm a lhe dizer sobre as crenças e as sensibilidades mortas quanto muitos escritos. (BLOCH, 2002, p. 80).

Em outras palavras, cabe ao historiador utilizar de todos os recursos disponíveis para enriquecer sua compreensão do passado que está sendo analisado.

Em segunda lugar, como apontou Funari (2005, p. 101), sempre que possível é importante explorar as diferenças e contradições entre fontes escritas e materiais. É necessário, contudo, ter em mente que as fontes materiais não estão disponíveis como “colaboração/corroboração” para uma pesquisa feita com textos, elas possuem uma orientação própria e carecem de modelos interpretativos próprios.

De fato, como mostrou Funari (2005, p. 102) a fonte material ainda conta com um elemento importante: “podem fornecer indícios de conflitos e resistência, em geral subestimados pela literatura produzida pelos letrados”. Esse elemento é especialmente significativo uma vez que as fontes materiais podem fornecer possibilidade para análise de grandes grupos populacionais e as “massas” frequentemente esquecidas ou tratadas com desdém pela elite letrada.

Devemos, contudo, esclarecer que a fonte material não é, de forma alguma, menos posicionada ou mais “explícita” que a documentação textual. Tendo em vista, no

entanto, o tema deste artigo, voltamos agora a tratar especificamente das problemáticas relativas ao primeiro tipo de fontes: os textos.

Nesse aspecto, encontramos obras sobre diversos temas, como oratória, costumes, religião, política, biologia, filosofia e, certamente, história; textos estes espalhados por todo o período da Antiguidade. Diz Hartog (2011 p. 20) especificamente em um estudo sobre os historiadores greco-romanos antigos que a “historiografia é sempre história da história da história”, querendo dizer com isso que as *Histórias* escritas no passado são sempre um contar a partir de outra produção. O que chega a nós, portanto, nunca são dados brutos e objetivos, “eventos”, mas sempre uma produção política e cultural posicionada sobre acontecimentos passados, são discursos construídos e reconstruídos com determinados fins – em uma metáfora, o que chega a nós não é o petróleo bruto do passado, mas seus derivados refinados como a gasolina.

Mas não apenas as *Histórias* devem ser observadas sob esse aspecto: todo texto, toda escrito da Antiguidade é um posicionamento, a imposição de uma imagem, e que os antigos estavam bastante cientes: Quem poderia acusar Aristóteles, Tucídides, Júlio César, Cícero ou Plínio, o Jovem de ingenuidade ou inocência na escrita de suas obras?

Em relação a esse tema, é interessante retomarmos um dos grandes nomes da historiografia: Moses Finley. Em seu livro *História Antiga: Testemunhos e Modelos*, notamos a importância que o autor faz da distinção entre “testemunhos oculares” e “posteriores”, ou ainda, uma distinção entre “fontes primárias” e “derivadas” (1994, pp. 13-14).

Entendemos, entretanto, e conforme estamos expondo, que essa é uma distinção de pouca utilidade para o historiador, pois enseja uma ideia de “verdade” ou objetivação de “fatos e eventos” narrados da qual discordamos. Para Finley é como se, por exemplo, o valor da obra de Tito Lívio sobre períodos antigos da República Romana fosse menor – ou mais falsa - do que a escrita de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso tendo em vista a distância temporal dos autores com relação aos eventos que narram, bem como a ideia subjacente de contato/participação com/no evento narrado.

Entendemos, entretanto, que o relato do historiador grego não é mais “verdadeiro” ou “verossímil” que a obra de Lívio sobre a República: ambas produções retratam posicionamentos específicos do que seus autores queriam expressar para a sua audiência. Nem Lívio e nem Tucídides trabalham com fatos ou verdades, ambos escrevem apenas as suas reflexões sobre esses eventos, constroem discursos sobre o passado e o presente: história da história da história.

Considerando assim, que as fontes textuais, conforme apontamos, se tratam de posicionamentos políticos e culturas, discursos, uma das principais ferramentas disponíveis ao historiador para sua compreensão é a Análise de Discurso. Para Foucault, o discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (2009). Esse conjunto deve ser observado do ponto de vista:

histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2009, pp. 132-133)

O discurso, nessa perspectiva, é indissociável do contexto em que foi produzido, um contexto que possibilita ou proíbe sua realização e existência. Ainda em relação a essa ideia, percebemos que o discurso também é uma prática, que constrói seu sentido na articulação desses enunciados.

As práticas discursivas, desse modo, são fundamentalmente dependentes do contexto que lhe dá significado e é importante que percebamos nessas práticas como o enunciador:

lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. (...) organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor etc. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros (FIORIN, 2004, p.18).

Nesse sentido, quando falamos da análise de discursos e de práticas discursivas, propõe-se entender as estratégias de persuasão dos variados autores da antiguidade em seus textos. O historiador deve buscar compreender os objetivos desses discursos, os resultados almejados – e se possível, alcançados – dessas práticas discursivas.

Assim, dentro desta perspectiva, podemos entender a horizontalidade das fontes, em relação a uma possível diferenciação entre “primárias” e “derivadas”: tendo como objetivo entender as estratégias de persuasão dos autores e seus objetivos, não se busca uma “realidade” ou “evento real” nas fontes, mas trabalhamos justamente com as construções ideológicas, políticas, culturais e etc. nelas contidas.

Desse aspecto, percebemos que os autores com os quais podemos escolher trabalhar são importantes não pela sua “veracidade” em relação aos fatos, acontecimentos e ideias que são narradas, mas principalmente na intencionalidade de suas construções; não necessariamente pelo o que é narrado, mas porque é narrado e para quem.

A partir dessas considerações iniciaremos nossa análise do *Panegírico de Trajano*, um discurso de Plínio, o Jovem, que é bastante conhecido na atualidade, mas talvez, tal qual a obra de seu tio Plínio, o Velho – a *História Natural* –, ele seja mais usado/citado do que realmente lido e entendido (DOODY, 2010). Se de um lado, é certo que, contando com noventa e cinco capítulos, ele seja o mais longo panegírico latino ao qual temos acesso hoje, por outro, é necessário compreendê-lo em sua integralidade, observando como o conjunto de informações e tópicos que são apresentados pelo autor – dispersos em uma variedade de temas – desenvolvem-se em uma sofisticada peça de retórica/oratória.

II – O Panegírico de Trajano: Produção e Manutenção Histórica

No ano 100 E.C., Plínio, o Jovem² alcança o posto mais alto dentro da hierarquia política romana: o consulado. O príncipe Trajano, ele próprio, ao que é possível inferir da obra pliniana, teria recomendado ao Senado a aprovação de Plínio e de seu amigo

² A alcunha “o Jovem” é utilizada para diferenciá-lo de seu tio, Plínio, “o Velho”. Como no presente trabalho trataremos exclusivamente de Plínio, o Jovem, passaremos a chamá-lo somente de “Plínio”, utilizando as alcunhas somente se houver necessidade de evitar futura confusão.

e colega Cornuto Tértulo para agirem como cônsules sufectos durante os meses de setembro e outubro daquele ano. É, pois, nessa data que Plínio profere um discurso perante o Senado e o Príncipe, em uma das mais célebres homenagens do Principado Romano das quais temos acesso.

A este discurso inicial, é importante sempre frisarmos, Plínio se refere sempre como sua *ação de graças* – *gratiarum actio* – que foi subsequentemente alterada/revisada, acrescida e preservada (*Pl. Cartas* 3.13; 3.18) no modo que chega a nossos dias sob o título de *Panegírico de Trajano*.

No que diz respeito a este título, portanto, observamos que Plínio ou seus contemporâneos nunca usaram o termo *panegyricus* para denominá-lo, tendo essa classificação sido cunhada por volta do século IV e já estabelecida no século V E.C., sendo mantida posteriormente pela cultura de crítica e leitura aos textos latinos. A escrita panegírica, por si, corresponde a uma forma específica do discurso epidíctico em que são elogiadas/louçadas determinadas virtudes ou indivíduos que possuem essa virtude e, portanto, não está distante da ação de graças de Plínio.

Considerado esse conjunto de informações, torna-se claro o fato de porque é difícil precisar dentro do extenso material que constitui hoje o *Panegírico de Trajano* o que de fato fez parte do discurso original e o que foi posteriormente acrescentado para o proveito dos leitores (FEDELI 1989), a exceção, é claro, de apontamentos feitos por Plínio, que não poderiam ter sido feitos no ano 100 E.C., isto é, antes de ocorrerem, como já identificadas por Marcel Durry (1938): o quadro de necessidade devido à seca no Egito (*Pan.* 30-31) e o amigo de Trajano, prefeito dos pretores, que devolveu o cargo para voltar ao “ócio” (*Pan.* 86).

Não que a impossibilidade de sabermos o que faz parte do original ou do reescrito seja um problema à nossa investigação, muito pelo contrário, seguindo as linhas que traçamos a respeito da análise de discurso, o fato de Plínio reconhecer sua ação de graças como um instrumento pedagógico cuja edição beneficiaria\informaria seus leitores (a respeito das diversas qualidades do príncipe), inclusive ensinando aos príncipes do futuro como serem bons – através do exemplo do melhor dos príncipes que é Trajano (cf. *Plínio, Cartas* 3.18) – nos leva diretamente ao papel do Panegírico no momento de sua publicação.

Dessa forma duas perguntas podem ser facilmente respondidas. Primeiro: a quem se dirigia o Panegírico? Retomando Marincola: a uma elite que escreve para outra elite; no caso específico, Plínio quando proferia seu discurso se dirigia aos seus colegas Senadores, bem como ao Príncipe. É, pois, uma elite letrada – o círculo social ao qual o próprio Plínio também pertencia – o público alvo do panegírico e, ao decidir registrar esse discurso, Plínio olhava também para o futuro desse grupo.

Segundo: Por que o Panegírico foi escrito? Conforme apontado, de um lado, como uma forma lícita – e aprovada – de adulação ao novo Príncipe e, de outro lado, como um instrumento normativo e pedagógico sobre o que é ser um bom – e, por consequência, o que ser um mau – governante.

Juntos, esses questionamentos são de grande relevância frente ao que expomos no começo deste artigo: *O Panegírico de Trajano* é o esforço consciente, é a imposição de uma imagem do momento em que foi escrito para outras eras; em outras palavras, é o monumento que Plínio erige a Trajano e seu Principado – modelos que devem ser

copiados.

Se o panegírico de fato teve o efeito desejado é uma pergunta mais complexa para respondermos. De um lado, não há fontes contemporâneas a esse texto que ofereçam uma perspectiva sobre sua recepção e circulação na sociedade romana. Entretanto, a imagem de Trajano como um governante excelente – *optimo* – perdurará durante séculos no imaginário romano, ainda que, não seja possível atribuir esse “sucesso publicitário” somente a obra de Plínio. Por outro lado, como apontou Roger Rees (2011), o *Panegírico de Trajano* tornou-se um elemento chave na escrita panegírica romana, inclusive encabeçando a compilação do século IV E.C. *XII Panegyrici Latini*.

O século IV E.C., conforme apontou Cameron (2011), é reconhecido na historiografia por se tratar de um momento de resgate de autores/produções da chamada “era de prata” romana – isto é século I e II E.C. – sendo, verdadeiramente, um momento crucial para a preservação de diversas obras as quais ainda temos acesso, inclusive o texto completo do *Panegírico de Trajano*. Embora não seja o escopo de nossa análise, podemos fazer algumas considerações a respeito de alguns dos fatores relacionados a preservação desses documentos.

Em primeiro lugar, durante um bom tempo, esse retorno aos séculos anteriores foi visto como uma forma de embate entre um grupo cada vez menor de pagãos frente a ascensão vertiginosa do cristianismo – tanto em termos políticos, sociais, econômicos e religiosos.

Alan Cameron (2011), no entanto, recentemente buscou refutar essa hipótese, demonstrando tanto não ser possível identificar como pagãos os grupos de indivíduos que estavam envolvidos na recuperação desses textos antigos, bem como o autor aponta para o fato de que parece não ter havido a intenção de dar grande circularidade a essas obras. Cameron chama atenção para o fato de que os textos que estavam sendo codificados pertenciam, em geral, a bibliotecas pessoais e tinham, portanto, finalidade\ uso restrito.

No que tange aos *XII Panegyrici Latini*, edição atribuída a Pacato – inclusive sendo o segundo panegírico da compilação, dedicado a Teodósio, de sua autoria – a obra reúne panegíricos escritos desde o século III até o século IV (o último sendo datado de 389 E.C.), sendo apresentados não em ordem cronológica – a exceção do *Panegírico de Trajano*, que encabeça os textos e é também o mais antigo.

Rees (2011) chama à atenção para o fato de que a obra pliniana nunca é citada ou mencionada diretamente pelos oradores posteriores, embora diversos elementos em seus textos apontem não apenas para o conhecimento detalhado do *Panegírico de Trajano*, mas contando mesmo com alusões claras a certas passagens, de modo que, é possível afirmar que o discurso de Plínio, teve um papel exemplar/modelo para esse gênero de escrita, ainda que isso não seja assumido/reconhecido.

Conforme mostraram os estudos de Marcel Durry (1938), o *Panegírico de Trajano* passa após o século IV por um longo período de silêncio, sendo redescoberto – ou melhor dizendo, renovado o interesse pela obra – a partir do século XIV.

Desde então, três manuscritos do século XV sobreviveram (A, H, X), que apresentam algumas contradições entre si, de modo que a edição utilizada aos dias de hoje passa por uma negociação principalmente dos manuscritos A e H.

Segundo Durry (1938), o *Panegírico de Trajano* com essa redescoberta passou a ser editado de três formas principais: sozinho, acompanhado dos panegíricos latinos e, por fim, acompanhado das Cartas de Plínio – sendo esta última forma a predominante nas edições atuais do Panegírico.

É interessante observarmos o crescente interesse sobre o Panegírico de Trajano a partir do século XV. Da Edição milanesa de Puteolanus em 1482 à própria edição francesa de Durry em 1938, contamos com, ao menos, vinte e cinco edições do panegírico espalhadas por boa parte da Europa (DURRY, 1938), coincidindo, de um lado, com o período do renascimento e recuperação dos clássicos, mas, por outro, indo além desse momento, mostrando haver um interesse contínuo sobre a obra.

III – O Panegírico na Atualidade: Traduções para a língua Vernácula e a Pesquisa no Brasil

Um dos primeiros elementos que podemos abordar quando consideramos a pesquisa atual a respeito do *Panegírico de Trajano* é a ausência de edição/tradução do documento para a língua portuguesa - incluído todo o mundo lusófono. Embora voltaremos a essa questão específica no que tange ao desenvolvimento da pesquisa no Brasil, cabe apontarmos para o fato de que, em contrapartida, existem diversas traduções do panegírico em línguas estrangeiras.

Para nosso estudo, chamamos à atenção para três delas: a tradução de Betty Radice para o inglês de 1963 e adiciona em 1969 à coleção *Loeb Classical Library* (LC); a tradução de Marcel Durry para o francês em 1938 para a coleção *Belle Lettres* (BL); e a tradução de Enrico Faelli para o italiano em 1994 para a coleção *Biblioteca Universale Rizzoli* (BUR).

A escolha dessas traduções para nossa análise se dá, em primeiro lugar, pela popularidade\circulação das coleções em que estão inseridas. Tanto as publicações da LC quanto da BL, são facilmente encontradas em bibliotecas nacionais e internacionais, representando, muitas vezes, não apenas o primeiro acesso de pesquisadores com determinadas fontes, mas mesmo, o acesso *preferencial* a elas.

A coleção da BUR, embora não atinja em circulação o nível das edições das outras coleções, é também uma importante referência por sua intenção de fazer circular textos clássicos dentro da Itália, contando com um suporte acadêmico de alta qualidade.

A leitura dessas traduções, no entanto, apresentou uma série de problemáticas que abordaremos agora em nossa análise.

Em primeiro lugar há uma discrepância considerável nos estilos narrativos adotados em cada um dos textos, sobretudo no que tange a tradução de Betty Radice.

Se, de um lado, as traduções de Durry e Faelli buscam, a seu próprio modo, apreciações mais austeras e literais do texto, Radice utiliza-se amplamente de uma linguagem literária e mesmo metafórica na composição de suas passagens, de modo que, embora talvez se enquadre como uma leitura mais fluída e prazerosa ao leitor casual, serve pouco aos propósitos do filólogo e pode confundir a análise do historiador.

Essa problemática já havia sido apontada por Walsh (1971) quando de sua resenha a respeito da inclusão da tradução de Betty Radice no lugar daquela de Melmoth-

Hutchinson para a Loeb Classics. Concordamos com a avaliação de Walsh, que o desconcerto entre o latim e o inglês gera uma imprecisão considerável para uma avaliação/análise do que Plínio está dizendo – e, não passa despercebido, o fato de que mesmo após essas críticas desde sua publicação (um espaço de mais de 40 anos), a tradução de Betty Radice continua sendo publicada.

O segundo problema que podemos apontar, especificamente no que tange as obras de Durry e Faelli, é que apesar de haver uma preocupação em manter o formato do texto original, a tradução de determinados termos não são suficientemente claros ou não trazem, em nossa visão, elementos centrais dos conceitos originais.

Nesse sentido, podemos, por exemplo, observar uma problemática relativa ao uso – contínuo – que Plínio faz do termo *animus*. O conceito apresenta um grande grau de complexidade para sua tradução. Não por acaso, o *Oxford Latin Dictionary* (1982) apresenta catorze verbetes com diferentes variações de seu uso e interpretação pelos autores latinos.

Uma proposta de tradução comum para *animus* é o termo alma – inclusive, opção de Foucault para tradução do termo em sua História da Sexualidade (1985). No entanto, por se tratar de um elemento que estaria ligado ao tema das religiões e suas práticas, essa proposta de tradução parece bastante inadequada, já que não há uma correspondência conceitual entre o *animus* romano e o que entendemos como um princípio espiritual.

Outras possíveis traduções – de maneira livre – seriam: o pensamento, a mente, a inclinação do pensamento/mente, o coração (metaf.), o ânimo. Porém, cada palavra separadamente perde, a nosso ver, a potência e profundidade do termo em latim.

Essa questão específica, do problema de tradução de termos de uma linguagem religiosa/filosófica, não nos causa uma surpresa: basta lembrarmos que o *Panegírico de Trajano* é, até os dias atuais, um texto que quando pesquisado, privilegia-se rotineiramente uma perspectiva política sobre a obra.

Ainda sobre a tradução de Durry, podemos notar ainda dois elementos: sua obra é tida, desde sua publicação aos dias atuais, como um dos melhores trabalhos já realizados a respeito do panegírico, tanto em termos e tradução – observe-se que a *Belle Lettres* reeditou e republicou esse trabalho mesmo em 2002 – quanto em termos de crítica e comentários sobre a obra.

Pesquisadores contemporâneos a publicação de Durry, como aponta Syme (1938) e Gudeman (1939), para citarmos apenas dois exemplos, apontam em suas resenhas para a importância da dedicação do pesquisador francês ao panegírico, ainda que concordem que seus comentários tenham valor mais no aspecto linguístico que histórico.

Nesse sentido, ambos avaliam como um avanço considerável para os estudos da literatura latina, as comparações e similaridades que Durry foi capaz de revelar entre o discurso de Plínio e as obras de Tácito, demonstrando como tanto o panegírico bebe de certas obras de Tácito, quanto o caminho inverso: de modo que do panegírico derivam diversas passagens tanto nas Histórias quanto nos Anais.

A tradução de Faelli, o trabalho mais recente dentre os três que comentamos, foi publicada pela coleção da BUR junto com a tradução de Luigi Rusca das *Cartas* de Plínio (1963), inclusive substituindo a tradução do Panegírico feita por Rusca, naquele mesmo

ano. A obra oferece ao leitor uma comparação entre formas de tradução: as cartas em uma linguagem erudita mais próxima dos especialistas enquanto que o Panegírico em uma linguagem mais fluída sem, no entanto, distanciar-se muito do Latim como no caso da tradução de Betty Radice.

Um dos elementos que consideramos mais positivos na coleção italiana é a qualidade e quantidade dos comentários – realizados por Luciano Lenaz – abordando não apenas questões linguísticas, mas debruçando-se com profundidade no contexto histórico das diversas passagens do *Panegírico de Trajano*.

No que tange aos estudos do *Panegírico de Trajano* no Brasil, como informamos no começo desta seção, não há nenhuma tradução em língua portuguesa. É possível que essa falta de acessibilidade imediata ao texto tenha afastado pesquisadores brasileiros, não apenas do Panegírico, mas do próprio autor Plínio, o Jovem em geral.

Observamos assim, que no Brasil, os principais trabalhos sobre Plínio, o Jovem são de Renata Biazotto Venturini (2000), Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi (1996), Daniel Aparecido de Souza (2010), Alex Aparecido da Costa (2014). Todos esses pesquisadores possuem suas respectivas produções diretamente ligadas aos esforços do Dr. Carlos Roberto de Oliveira, professor aposentado da UNESP/Assis, e um dos primeiros pesquisadores brasileiros a trabalhar com a obra pliniana na década de 1970.

Especificamente no que tange ao estudo do *Panegírico de Trajano* no Brasil, um levantamento realizado pelo presente autor através da *Plataforma Lattes* revelou um número extremamente reduzido de pesquisadores que analisaram esse documento. São apenas nove historiadores que possuem pesquisa, publicação e/ou apresentação de trabalhos, a saber: Dra. Andrea L. D. O. C. Rossi, Dra. Renata B. Venturini, Dra. Ana Teresa M. Gonçalves, Me. Alex A. da Costa, Dr. Luiz Otávio Magalhães, Ma. Dominique M. R. de Souza, Me. Leonardo Acquaviva Pavez, e o graduado Américo Henrique Marquez do Couto.

Observamos também que a maior parte desses estudos privilegia no *Panegírico de Trajano* seu aspecto político, quando, de fato, existe uma miríade de temas possíveis de serem investigados, como, por exemplo, questões de gênero e representação das mulheres, aspectos da história econômica, aspectos da religião e linguagem religiosa presentes no panegírico.

Com base nesse quadro, o presente autor trabalha no momento na tradução e publicação de uma edição bilingue do *Panegírico de Trajano* para a língua portuguesa, como parte de projeto de pesquisa de pós-doutorado e em parceria com os trabalhos desenvolvidos pelo CPEP – Centro de Pesquisas e Estudos Plinianos fundado na UNESP/Assis em 2016, e que tem como objetivo promover a pesquisa acadêmica no Brasil sobre as obras de Plínio, o Jovem, Plínio, o Velho e seus interlocutores.

Referências Bibliográficas

Fontes

PLINY THE YOUNGER. *Letters and Panegyricus*. Translated by Betty Radice. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

PLINE, LE JEUNE. *Panegyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

PLINIO, IL GIOVANE. *Carteggio con Traiano (libro X); Panegirico a Traiano*. Commento di Luciano Lenaz; traduzione di Luigi Rusca e di Enrico Faelli. Milano : Rizzoli, 1994.

Obras de Referência

GLARE, Peter. G. W. (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. New York: Oxford University Press, 1982.

Livros e Artigos

BATSTONE, William. Postmodern Historiographical theory and the Roman historians. In: FELDHERR, A (org.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 24-40.

BLOCH, M. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CAMERON, Alan. *The Last Pagans of Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

COSTA, Alex. *As virtudes do príncipe ideal no Panegirico de Trajano de Plínio, o Jovem*. 2014. 208f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

DOODY, Aude. *Pliny's Encyclopedia: The Reception of the Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

DURRY, Marcel. *Pline le Jeune: Panegyrique de Trajan*. Paris: Belles Lettres, 1938.

FEDELI, Paolo. Il Panegirico di Plinio nella critica moderna. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, Boston, v. 2.33.1, p. 387–514. 1989.

FINLEY, Moses. *História Antiga: Testemunhos e Modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FLORIN, José. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michael. *História da Sexualidade: O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FUNARI, Pedro P. Fontes Arqueológicas: Os Historiadores e a Cultura Material. In: PINSKY, C. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-110.

GUDEMAN, A. Review of Pline le Jeune, Panegyrique de Trajan by Marcel Durry. Pages 274. Les Belles Lettres, Paris 1938. *The Classical Weekly*, Baltimore, v. 32, p.161-162. 1939.

HARTOG, François. *Evidência na História: O que os Historiadores veem*. São Paulo: Autêntica Editora, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. *História e Memória – Memória*. v. 2. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 103-115.

- MARINCOLA, John. Historiography. In: ERSKINE, A (org.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009. p. 13-22.
- REES, Roger. Afterwords of Praise. In: ROCHE, P. (org.). *Pliny's Praise: The Panegyricus in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 175-188.
- ROSSI, Andrea. L. D. O. C. *Poder e Mito: o Principado na literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem)*. 1996. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1996.
- SOUZA, Daniel. *A Representação Do Homem Político e Do Mos Maiorum no Principado Romano: Uma Leitura de Plínio, O Jovem (98 A 117 D. C.)*. 2010. 154f. Dissertação (Mestrado em História): – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2010.
- SYME, Ronald. Pline le Jeune: Panégyrique de Trajan by Marcel Durry. *Journal of Roman Studies*, London, v. 28, p. 217–24. 1938.
- VENTURINI, Renata. *Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana*. 2000. 185f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- WALSH, Patrick. Review of The New Loeb Pliny: Pliny: Letters and Panegyricus by Pliny; Betty Radice. *The Classical Review*, Cambridge, v. 21, p. 211-213. 1971.